

SAÚDE SEM MARACUTAJA

Ronaldo de Oliveira



As obras do hospital do Paranoá foram interrompidas por indícios de superfaturamento, detalhados pela Procuradoria da República, que convoca a construtora para se explicar na justiça

Os moradores do Paranoá deverão ouvir uma boa notícia hoje durante a visita que o governador Cristovam Buarque fará à cidade na programação do Governo nas Ruas. Ele anunciará a decisão de cancelar o contrato original para construção do Hospital Regional do Paranoá e de abrir nova licitação para concluir o projeto, iniciado em 1991 e paralisado em 1992 por indícios de superfaturamento.

O anúncio ocorrerá um dia depois de a Procuradoria da República no Distrito Federal ter enviado a Cristovam o ofício nº 03/96, que enumera as irregularidades que envolvem a obra e indaga se ela será retomada. A mesma pergunta foi endereçada à secretaria de Saúde, Maria José Maninha. Como ela está viajando, a resposta foi dada pelo secretário-adjunto, Antônio Ramalho: "Abriremos nova licitação."

SUPERFATURAMENTO

Um despacho de 45 páginas concluído ontem pelo procurador Luiz Francisco de Souza, da Procuradoria da República, detalha os indícios de superfaturamento e as irregularidades que envolvem a licitação. Ele chega a levantar a suspeita de que o processo de escolha da empreiteira que construiria o hospital de 150 leitos teria sido conduzido de forma a garantir a vitória da empresa Mendes Carlos.

A maioria das irregularidades já havia sido apontada em junho no Tribunal de Contas da União (TCU) pelo ministro Adhemar Paladini Ghisi, relator do processo que investiga a obra. O índice de superfaturamento denunciado pelo ministro foi de 45,26%. O processo deve-rá ser julgado em um mês.

Ghisi e Souza observaram que, em 15 de maio, o custo do metro

quadrado do hospital foi fixado em Cr\$ 361.150,00 para estabelecer o preço-base — valor que serviu de parâmetro para escolha do vencedor da licitação. Quem fixou essa quantia foi o então diretor do Departamento de Engenharia e Transportes da Fundação Hospitalar do DF, Marco Aurélio de Carvalho Demes. Para surpresa dos auditores do TCU, o próprio Demes havia estimado um valor bem menor um mês antes, em abril, ao responder a uma pesquisa do Ministério da Saúde. Na ocasião, ele avaliou que o metro quadrado de um

hospital de 150 leitos custaria Cr\$ 160 mil.

VALORES

Demes e os donos da empreiteira terão de apresentar defesa ao TCU para explicar essa e as demais irregularidades levantadas por Ghisi na obra financiada com recursos do extinto Inamps. Se não forem convincentes, terão de devolver aos cofres públicos os valores que forem relacionados como superfaturados. "No mesmo programa do Inamps, há 16 hospitais cujo preço por metro quadrado, em dólar, é mais caro

que o do Paranoá", alega Demes.

Luiz Francisco de Souza lembra que o esqueleto de aço e concreto abandonado pela empreiteira corresponde a apenas 15,4% da obra. Ainda assim, a empresa recebeu o equivalente a R\$ 6,79 milhões pelo que fez. Se o projeto fosse encerrado nas bases financeiras presentes no contrato, o hospital acabaria custando mais R\$ 45,4 milhões. O procurador estima que, por esse preço, seria possível construir quatro hospitais de 100 leitos.

A Procuradoria da República detalhou irregularidades ocorridas no

processo de licitação. Essas falhas foram originalmente denunciadas pelo deputado federal Augusto Carvalho (PPS-DF) em 1991. Elas envolvem falsificação de informações e mudança ilegal do critério de seleção da empresa vencedora da licitação. "Esperamos que o governador cancele esse contrato e abra nova licitação para atender à população do Paranoá", opina Carvalho.

Em documentos enviados ao TCU e ao Ministério Público, Carvalho comentou que o edital de licitação previa que o preço mínimo seria o critério de seleção. Apesar dis-

so, o critério decisivo foi a maior proximidade com o chamado preço-base, fixado em Cr\$ 7,95 bilhões. Esse valor permaneceu secreto até o dia da abertura das propostas, e seu papel como fator de decisão não estava previsto no edital.

Com isso, ganhou a Mendes Carlos, que apresentou uma proposta de custo de Cr\$ 7,161 bilhões, 80% maior que o preço oferecido por outra empreiteira (Pires) — Cr\$ 3,92 bilhões.

■ Leia sobre o aniversário do Paranoá na página 8

IRREGULARIDADES

SUPERFATURAMENTO

A obra foi contratada por Cr\$ 7,16 bilhões. Mas, de acordo com o ministro Adhemar Ghisi, do Tribunal de Contas da União, poderia ser executada por Cr\$ 3,92 bilhões — 45,26% a menos.

SUPERDIMENSIONAMENTO

Ministério da Saúde determina uma área de 45 metros quadrados para cada leito. A construção teria 120 metros quadrados por leito, o que significa um excesso de 167%. Há ainda suspeita de exagero no consumo de materiais como aço e concreto.

CUSTO POR METRO QUADRADO

O custo de um hospital geral com 150 leitos na época correspondia a Cr\$ 160 mil, o metro quadrado. O contrato baseou-se em um custo por metro quadrado de Cr\$ 365 mil.

PLANEJAMENTO

A construtora Mendes Carlos incluiu itens como veículos e alimentação de operários na proposta de custo global. Essas despesas não deveriam estar incluídas no preço da obra. São custos da empreiteira.

FALSOS NÚMEROS

A construtora Mendes Carlos falsificou documentos para comprovar que possuía um capital social de Cr\$ 500 milhões, valor que a credenciava a concorrer na licitação. Além disso, a empresa expediu notas fiscais com o mesmo número de registro e valores diferentes.

CONTRATO

Pelo edital de licitação, o critério para escolha da empresa a construir o hospital seria o menor preço. A concorrência do hospital, entretanto, seguiu pelo critério ilegal de preço-base sigiloso. As empresas que perderam a licitação não puderam saber com antecedência qual foi o preço que o GDF levaria em conta para escolher a vencedora da licitação.